

Projeto Pedagógico – Licença Capacitação

A Facultatem, Plataforma de Ensino a Distância, sociedade empresária limitada 99AULAS Desenvolvimento de Softwares LTDA., CNPJ sob o nº 26.295.012/0001-84, é uma plataforma de Cursos *on-line*, na modalidade de Ensino a distância.

1. Justificativa

A FACULTATEM, Plataforma de Ensino a Distância, surgiu a partir da percepção da necessidade de proporcionar um ensino a distância de qualidade, aliando a facilidade de estudar através de um ambiente *on-line*, a qualquer hora do dia ou da noite. O aluno poderá realizar a capacitação de acordo com o tempo que tiver disponível, respeitando seu ritmo individual de aprendizagem.

2. Objetivos

Acreditamos que o ensino a distância possui cada vez maior relevância no cenário educacional. A capacitação pela internet já se consolidou como opção principal para aqueles que querem buscar aperfeiçoamento profissional de qualidade, aliado à praticidade de estudar quando e onde quiser.

A FACULTATEM objetiva fornecer uma capacitação formal de qualidade aos servidores públicos, visando prepará-lo para melhor exercer suas atividades. Nosso objetivo é aliar a praticidade do ensino a distância à interação e reflexão, para que não se tornem apenas um conjunto de conteúdos, ofertados em ambiente virtual.

3. Público-alvo

Servidores públicos das esferas federal, estadual ou municipal interessados em capacitar-se profissionalmente.

4. Carga Horária

A carga horária irá variar de acordo com o curso escolhido pelo aluno no momento da inscrição, podendo ser de 15, 30, 60 ou 90 dias. O aluno também deverá indicar a data que iniciará o curso e poderá inscrever-se a qualquer momento.

5. Metodologia

O processo de aprendizagem a distância ocorre por meio de aulas *on-line* e interatividade do aluno com o ambiente virtual. O aluno poderá acompanhar o curso pelo seu

computador, no dia, hora e local que lhe forem mais convenientes, desde que dentro do período do seu curso. Os cursos disponibilizados levam os alunos a uma participação ativa através das videoaulas, material de apoio e fóruns. Os cursos são desenvolvidos em ambiente online, sendo as aulas, fóruns, material de apoio e avaliação, disponibilizados em nosso site.

6. Acompanhamento e tutoria

O desenvolvimento e aproveitamento do aluno é acompanhado pelo instrutor de cada curso, que detém o conhecimento e a didática para dar o melhor suporte ao aluno. Ele atua como tutor, indicando atividades, avaliando a participação nos fóruns e respondendo as dúvidas dos alunos. O tutor pode propor atividades através do fórum da plataforma, através do e-mail dos alunos ou durante as aulas do curso.

7. Como o site funciona

As Inscrições podem ser feitas a todo momento e o aluno realiza as atividades de acordo com sua disponibilidade de horário, respeitando o ritmo individual de aprendizagem e o tempo mínimo e máximo para realização do curso. Para iniciar, desenvolver e concluir um curso junto à FACULTATEM o aluno precisa ter acesso a um computador e à Internet banda larga.

8. Sistemas de avaliação

A avaliação se dá através de uma prova de múltipla escolha, realizada após a visualização das aulas e leitura do material didático, e através da avaliação pelo instrutor do curso, da participação nos fóruns de discussão.

9. Certificação

Ao término do curso, o aluno receberá um certificado eletrônico, desde que tenha um aproveitamento acima de 70% nas avaliações e transcorrido o tempo mínimo de acordo com o programado no momento da inscrição: 15, 30, 60 ou 90 dias.

Todos os cursos de capacitação contam com ferramenta de avaliação que é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Curso: Pontos críticos do Processo Administrativo Disciplinar

Carga horária: 130 horas

Recursos: videoaulas, material didático em PDF para download, exercícios, fóruns e avaliação final.

Objetivo: Oferecer aos Servidores Públicos curso referência em processo administrativo disciplinar, focado em aspectos teóricos e práticos relacionados com a Instauração (Juízo de admissibilidade), as técnicas de entrevista e interrogatório para utilização no PAD, termo de indiciamento e relatório final da comissão, Julgamento, Recursos e Processo de Revisão, todos atos previstos no Processo Administrativo Disciplinar da Lei nº 8.112 de 1990, pertinente com a atuação de todos os cargos públicos sujeitos ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União, visando excelência técnica dos servidores nos procedimentos correicionais.

Público-alvo: Servidores Públicos

Justificativa: Ao longo de mais de 20 anos de atuação em cursos de PAD em diversos órgãos federais, pudemos perceber que as maiores dificuldades das comissões processantes são justamente relacionadas com aplicação das técnicas adequadas para a realização das oitivas das testemunhas e dos interrogatórios dos acusados, bem como relacionadas com a confecção do termo de indiciamento dos acusados e do relatório final da comissão. Paralelamente a isso, as etapas do Processo Administrativo Disciplinar que competem às Autoridades (Instauradora e Julgadora) costumam ser objeto de questionamentos judiciais. A atuação dos servidores responsáveis por realizar as apurações disciplinares precisa estar pautada na legislação vigente e nos últimos posicionamentos e entendimentos da Jurisprudência e das orientações dos órgãos de controle. O conhecimento de todos os servidores relacionado com as etapas obrigatórias do PAD e as técnicas adequadas para a execução do trabalho é fator relevante para que o resultado alcançado seja de excelência.

Todo servidor público estável pode ser designado para participar de apurações disciplinares, conforme previsto na Lei 8.112/1990. O conhecimento das técnicas adequadas para realizar a correta apuração disciplinar é essencial para um desempenho eficiente do servidor designado para atuação.

Para que tal função seja desempenhada com o máximo de eficiência, é imperativo que o servidor público esteja em permanente atualização profissional, preferencialmente, dedicando períodos selecionados do seu tempo para desenvolver capacitação específica sobre o tema.

Para isso, o curso tratará inicialmente do juízo de admissibilidade e da instauração do Processo Administrativo Disciplinar, se ocupando em seguida das técnicas de entrevista e interrogatório passíveis de serem utilizadas nos depoimentos das testemunhas e nos interrogatórios dos acusados no PAD. Na sequência o curso tratará da confecção do termo de indiciamento, previsto nos artigos 161 e seguintes e da confecção do relatório final da comissão processante, previsto nos artigos 165 e seguintes da Lei nº 8.112/1990. Ao final, após ter tratado dos pontos críticos no trabalho da Comissão de PAD, o curso volta a tratar de pontos sensíveis relacionados com a atuação da Autoridade, trazendo os aspectos teóricos e práticos do julgamento, dos recursos (pedido de reconsideração e recurso hierárquico) e do processo de revisão, previsto nos artigos 174 a 182 da Lei nº 8.112/1990. Sempre trazendo a legislação pertinente e os entendimentos mais recentes da AGU, MPF e CGU sobre os temas visando inserir o servidor no contexto normativo atualizado de estudos.

Desta forma, o curso se revela essencial para a capacitação do servidor público, na medida que o coloca a par da legislação e dos cuidados a serem observados quando do planejamento, execução e confecção dos termos de depoimento de testemunhas, termos de interrogatório dos acusados, termos de indiciamento de acusados, relatório final da comissão processante, recursos (pedido de reconsideração e recurso hierárquico) e processo de revisão de Processo Administrativo Disciplinar, bem como o habilitando para analisar criticamente o juízo de admissibilidade, a instauração e o julgamento. Articulando leis [*latu sensu*], doutrina e jurisprudência, o servidor público estará capacitado não só a criticar os procedimentos adotados mas também a atuar na apuração disciplinar com excelência, o que, de forma específica reduz a chance de anulação do ato administrativo; sob uma ótica mais ampla, preenche os princípios da legalidade, finalidade, motivação e efetividade, maximizando os direitos fundamentais dos administrados, e. g. contraditório, ampla defesa e devido processo; e, por fim, de um ponto de vista macro, contribui para o adequado processamento das infrações disciplinares no que se refere ao eixo sancionatório, pilar fundamental previsto na Lei 8.112/1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União.

Fica claro então que o presente curso se enquadra perfeitamente no novo Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Polícia Rodoviária Federal, em seu item 11 que regulamenta os afastamentos para licença capacitação do servidor. Os itens **g) Integridade; k) Sistema jurídico; e n) Corregedoria**; assim como as prioridades previstas no Anexo III: 66 Conhecer os deveres, proibições, responsabilidades, condutas graves, infrações disciplinares e penalidades; 252 Conhecer os meios de obtenção de prova e as medidas cautelares no âmbito de procedimentos correccionais; 412 Conhecer os aspectos gerais da produção do conhecimento em procedimentos correccionais; 436 Compreender os procedimentos administrativos disciplinares como instrumentos de cunho investigativo, apuratório e alternativos voltados à preservação da regularidade dos

serviços da PRF; estão todos contemplados tanto no conteúdo teórico do curso, quanto no efeito prático que terá na atuação posterior do servidor.

Competência: Compreender as técnicas adequadas no planejamento, execução e confecção do juízo de admissibilidade, instauração, termos de depoimento de testemunhas, termos de interrogatório dos acusados, termos de indiciamento e relatório final da comissão, julgamento, recursos e processo de revisão do Processo Administrativo Disciplinar, analisar as normas vigentes sobre os citados instrumentos e conhecer as etapas necessárias para a elaboração ou condução dos trabalhos de forma tecnicamente impecável, e lastreada na justiça, profissionalismo e excelência.

Professor: Rodrigo Costa Rodrigues

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Instauração do Processo Administrativo Disciplinar - 15h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer as condições preexistentes necessárias para a instauração do PAD; - Identificar a Autoridade com competência para instauração do PAD; - Identificar os elementos da Portaria de instauração; - Compreender a portaria de instauração no contexto dos direitos assegurados na Constituição Federal;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	- Juízo de Admissibilidade: Condições necessárias para instauração de PAD; - Competência de instauração - Elementos da portaria instauradora - Princípios do devido processo legal, da presunção de não-culpabilidade e da publicidade
	Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS - Prova final objetiva - Estudo de caso prático

UNIDADE II – Técnicas de Entrevista e Interrogatório - 25h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Identificar a ordem adequada para oitiva das testemunhas; • Identificar a ordem adequada para as perguntas a serem formuladas para as testemunhas; • Identificar a ordem adequada para as perguntas a serem formuladas aos acusados; • Compreender as oitivas de testemunhas e interrogatórios dos acusados no contexto dos direitos assegurados na Constituição Federal;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE II – Técnicas de entrevista e interrogatório 1. Vantagens na aplicação de uma técnica; 2. Ordem da oitiva de testemunhas 3. Ordem das perguntas para as testemunhas 4. Ordem da oitiva dos acusados 5. Ordem das perguntas para os acusados
	- Avaliação à distância	AValiação FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

UNIDADE III – Termo de Indiciamento - 20h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer os requisitos do termo de indiciamento no PAD • Identificar os elementos constantes do termo de indiciamento • Conhecer a estrutura básica do Termo de Indiciamento	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas	UNIDADE III – Termo de Indiciamento 1. Hipóteses de confecção 2. Requisitos do termo de indiciamento 3. Estrutura básica do termo de indiciamento

Compreender o termo de indiciamento no contexto dos direitos garantidos pela Constituição Federal	Exercícios de fixação	4. Relação entre o termo de indiciamento e o pré-julgamento
	Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS - Prova final objetiva - Estudo de caso prático

UNIDADE IV – Relatório final - 20h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer a estrutura básica do relatório final da comissão processante; - Tópicos relevantes do relatório final; - Compreender o relatório final da comissão no contexto do direito disciplinar;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE IV – Relatório final - Estrutura básica - Dos atos antes da Portaria - Da instrução - Do indiciamento - Da análise da defesa - Da conclusão - Conexão entre penalidade sugerida e autoridade competente para o julgamento
	Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS - Prova final objetiva - Estudo de caso prático

UNIDADE V – Julgamento do processo administrativo disciplinar - 15h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer a estrutura mínima do julgamento do PAD • Identificar os resultados possíveis no PAD • Identificar a autoridade competente para o julgamento • Compreender o julgamento no contexto dos direitos garantidos pela Constituição Federal	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	1. Julgamento que acompanha a sugestão da comissão 2. julgamento que discorda da sugestão da comissão 3. Resultados possíveis no julgamento 4. Competência para julgar no PAD 5. Relação entre o julgamento e as garantias do devido processo legal, da publicidade e da presunção de não-culpabilidade.
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

UNIDADE VI – Recursos em processo administrativo disciplinar - 35h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Identificar os recursos previstos na legislação disciplinar; • Conhecer os requisitos do pedido de reconsideração; • Conhecer os requisitos do recurso hierárquico; • Conhecer os requisitos do processo de revisão;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas	1. Recursos previstos na legislação 2. Pedido de reconsideração 3. Recurso hierárquico 4. Processo de revisão 5. Competências para o julgamento de cada recurso;

• Compreender os recursos no contexto do direito disciplinar;	- Exercícios de fixação	6. Recursos disciplinares no contexto do direito disciplinar
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático